

CPT 20 ANOS **TERRA**

CULTURA

Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização

Malu Maranhão

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu teve seu primeiro encontro realizado em 1991. Foi a primeira vez que essas mulheres trabalhadoras extrativistas da Baixada Maranhense, Vale do Mearim e Imperatriz (Maranhão), Bico do Papagaio (Tocantins), Palestina (Pará) e Esperantina (Piauí), se expressaram publicamente como quebradeiras. O Movimento surgiu das lutas para "empatar" a derrubada de palmeiras de babaçu, pelo direito à terra, pelo babaçu livre e por questões de gênero.

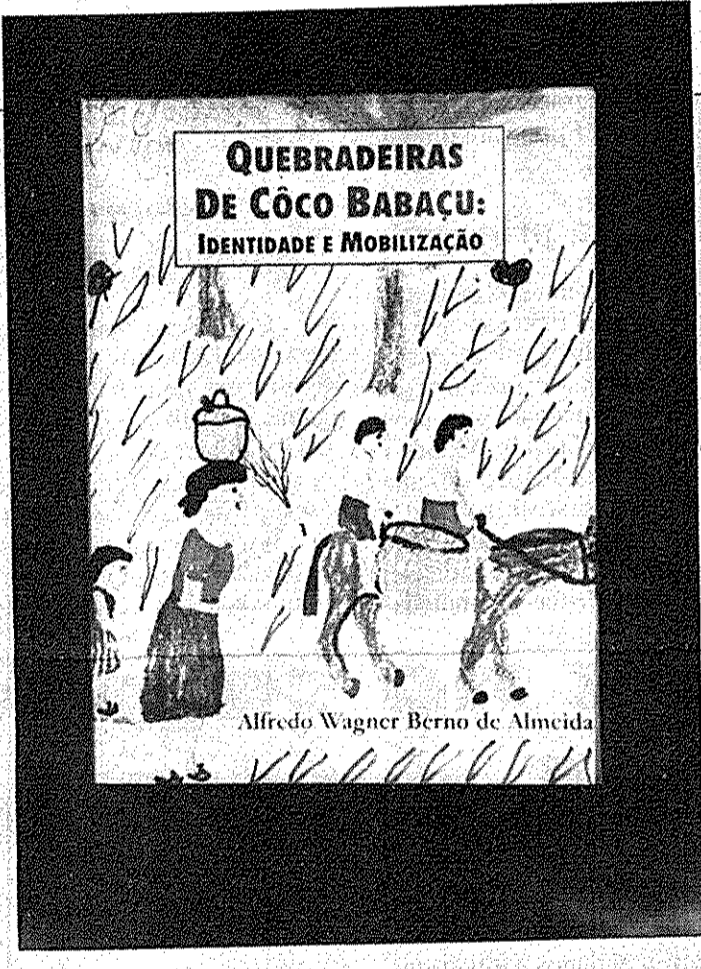
As trabalhadoras extrativistas são quebradeiras em terras desapropriadas, em terras de herança, em terras de índio, em terras de posse e em reservas extrativistas. Porém, a maioria das áreas não tem a situação fundiária regularizada e elas vivem em povoados de beira de estrada ou nas periferias das cidades do interior. Mesmo para as que têm terra, os babaçuais dessas áreas são insuficientes para atender as famílias. Então, elas caminham até oito quilômetros para coletar coco em áreas privadas, enfrentando ameaças, agressões físicas e até processos por roubo de coco. Na maioria das vezes, elas são obrigadas a vender o fruto de seu trabalho para os gerentes, rendeiros ou mesmo proprietários da terra. "Submetemo-nos a tudo isso porque atrás das cercas de arame farpado está a garantia de nossa sobrevivência", dizem as quebradeiras.

Em 1993, foi realizado o II Encontro Interestadual das Mulheres e o I Encontro das Crianças Quebradeiras de Coco Babaçu, com 214 delegadas de 105 povoados e mais 104 crianças dos quatro estados. Em novembro de 1995, foi realizado o III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco. Foi nesse último encontro que surgiu a idéia de agrupar fontes documentais e arquivísticas relativas à chamada "economia do babaçu", procedendo uma classificação sistemática de informações e dados dispersos.

O trabalho, assumido pelo Movimento resultou no livro "Quebradeiras de Coco: Identidade e Mobilização", escrito pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida que há vários anos trabalha com o Movimento. O livro, além de contar a história das quebradeiras e a sua luta, também traz as leis e decretos promulgados até hoje, que referem ao babaçu. Segundo Wagner, o levantamento se justifica. Ele explica que até o início da década de 60 a compilação dessas informações era prerrogativa do Estado, através do Conselho Nacional de Economia e das entidades patronais.

Atualmente, no entanto, já não existe esta preocupação por parte do governo ou dos conglomerados econômicos que alegam ser impossível competir com as plantations asiáticas, além da oferta irregular de matéria-prima, dificuldade de mecanização e desconhecimento de como replantar a palmeira. Ao contrário de outras espécies voltadas para o uso industrial, como a seringueira, só existem babaçuais nativos.

O fato do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu assumir a iniciativa do resgate da memória documental, para fundamentar uma interpretação mais rigorosa e uma ação reivindicatória mais consistente, mostra, segundo Wagner, o grau de controle que as trabalhadoras agroextrativistas têm não apenas sobre o processo produtivo, mas também na comercialização, através das cooperativas que desde 1993-94 já estão, inclusive, exportando



ANTONIELA DE SANTANA

óleo de babaçu. Daí vem a preocupação com as fontes arquivísticas e com disposições legislativas de proteção da espécie e de garantia do uso comum.

"Os decretos, as leis, as portarias e demais documentos aqui arrolados - escreve Wagner - vão permitir uma análise mais criteriosa deste momento de transição, caracterizado pela utopia do livre mercado e pela idealização de que os ajustes sociais se dão automaticamente, através de medidas governamentais voltadas para o mercado aberto". Como explica o antropólogo, segundo a suposição da burocracia oficial, os mecanismos de resolução e de prevenção dos conflitos sociais seriam inerentes a uma situação de livre mercado. De acordo com essa representação as unidades de pequenos produtores agroextrativistas, cuja força de trabalho se apóia na composição do grupo familiar, seriam classificadas como incapazes de ingressar na economia de alta tecnologia. Elas fariam parte, segundo a burocracia, das chamadas "populações carentes", "de baixa renda", "pobres", e de acordo com a orientação neoliberal, cada vez mais compelidas a cuidarem de si mesmas, confinadas em circuitos específicos de porções restritas do mercado. Elas se inscreveriam na "economia de subsistência", e objeto somente das chamadas "políticas compensatórias".

Quebradeiras como Movimento

As quebradeiras de coco babaçu, porém, não se resignam a serem colocadas nesta catego-

ria. Através da afirmação de uma existência coletiva, enquanto "unidades de mobilização", a crescente debilidade econômica dos trabalhadores agroextrativistas não se traduz numa fragilidade política. As mobilizações camponesas nas áreas de babaçuais revelam uma trajetória ascendente em termos políticos organizativos, no final da década de 80 e no início da década de 90, colidindo com as iniciativas de mercado aberto.

As mobilizações das quebradeiras de coco babaçu passam a constituir desde 1989, um movimento social que se estrutura segundo critérios apoiados em princípios ecológicos, de gênero e de base econômica não-homogêneas. As mobilizações se dão em torno da terra, do livre acesso e da preservação dos babaçuais e da relevância do trabalho feminino na unidade doméstica. Essas mobilizações das quebradeiras de coco poderiam se aproximar dos "novos movimentos sociais", como foi o dos seringueiros.

Foi nesse contexto que o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em reunião realizada em julho de 95 em Bacabal (MA), aprovou a proposta do levantamento das fontes, enfatizando a relevância de localizar e reproduzir documentos e textos legais, arrolando quando possível as justificações ocasionais de legisladores, economistas e advogados.

Trabalho de Pesquisa

Os resultados da pesquisa ainda não terminaram e compreendem documentos relativos aos últimos 80 anos que ajudam a elucidar a posição do Estado e dos legisladores. Embora a pesquisa

ainda esteja em andamento, é possível visualizar um panorama geral:

- Entre 1911 e 1935 não é registrada nenhuma intervenção do Estado nas atividades ligadas ao babaçu. Existe apenas um dispositivo legal taxando a maquinaria destinada ao beneficiamento do coco. A queda dos preços dos produtos agrícolas e das matérias-primas, provocada pelo aumento de produção prejudicou o intercâmbio entre os países não industrializados que dependiam da exportação e os países industrializados. Todas as unidades de beneficiamento de babaçu, instaladas no Maranhão após a I Guerra Mundial por empresas francesas, belgas, norte-americanas e norueguesas, faliram no final dos anos 20.

- A partir de 1935 o Estado redefiniu sua ação, estabelecendo acordos comerciais internacionais, adotando uma política de cotas e tentando disciplinar o acesso aos babaçuais, considerados como reservatórios estratégicos de matéria-prima. O Estado editou medidas para organizar a produção e circulação, preocupando-se também com reformas para melhorar as condições materiais de existência da "população trabalhadora". É dada prioridade às medidas de colonização destinadas aos trabalhadores extrativistas e privilegiadas normas legais de preservação dos babaçuais. As estratégias de intervenção são conduzidas - a partir de 1950-52 - pelo Conselho Nacional de Economia. Com a criação do Grupo de Estudos do Babaçu, instituído por decreto presidencial em 1957, e com o Instituto Nacional de Estudos do Babaçu (Ineb), em 1960, a ação do Governo prossegue ampliando-se com medidas de contingenciamento até pelo menos a década de 80.

- No final dos anos 80 o Estado se retraiu, restringindo sua ação à política ambiental e às alíquotas de importação adequadas com a idéia de mercado aberto. A partir daí as políticas de inspiração neoliberal preponderaram.

Entre 1974 e 1978 existe uma lacuna que ainda não pode ser suprida e explicada. Para este primeiro levantamento foram consultadas fontes bibliográficas elementares, que contribuíram para a segunda etapa dos Cursos de Formação, também realizada em Bacabal (MA), de 1 a 4 de setembro de 1995, privilegiando os estudos sobre legislação específica. A reconstituição de séries estatísticas e outros dados quantitativos, referentes à produção e ao valor da amêndoa e do óleo de babaçu não foi contemplada nesta etapa da pesquisa.

Contribuíram para a realização do trabalho as quebradeiras de coco: Maria Senhora C. da Silva (coordenadora/TO), Raimunda Gomes da Silva (coordenadora/TO), Maria Ednalva R. da Silva (suplente/TO), Antônia Vieira de Brito Sousa (coordenadora/Vale do Mearim-MA), Maria Adeline de Sousa Chagas (suplente/Vale do Mearim-MA), Maria de J. Quinto (quebradeira/Vale do Mearim - MA), Filomena R. da Silva (quebradeira/Vale do Mearim - MA), Rosenilde G. dos Santos Costa (coordenadora/Baixada - MA), Zulmira de J. Santos Mendonça (suplente/Baixada - MA), Maria Romana P. do Nascimento (coordenadora/PA), Cibá, de Lago do Junco e dona Petronília, de Palestina (PA).

Segundo o antropólogo Alfredo Wagner, deverá ocorrer uma ampliação das fontes e "estarão abertas possibilidades para uma classificação mais sistemática e aprofundada dos dados, podendo-se prever, inclusive, a incorporação de depoimentos das trabalhadoras agroextrativistas sobre como o arcabouço legal, ora apresentado, tem sido por elas percebido".